



PLANO DE ATIVIDADES

2023



NOTA DE ABERTURA



O Plano de Atividades (PA) prospectiva o desempenho do Exército no prazo de um ano, no caso específico durante 2023.

Suportado e alinhado com a Estratégia do Exército, o PA23 constitui elemento fundamental para um planeamento e gestão institucionais assentes nas melhores práticas, que orientam e permitem atuar, com oportunidade, na prossecução da missão do Exército

Efetivamente, este PA23 constitui uma síntese ordenada e agregadora dos recursos a mobilizar e a empregar, para a consecução dos programas e para a materialização das ações e tarefas, à vista dos objetivos definidos, ditados pelos desígnios do Exército.

A perspetiva de 2023 como um período pós-COVID-19, envolve o ensejo de retorno a uma normalidade com restrições mínimas, no âmbito de toda a atividade militar. Contudo, a evolução do conflito no leste da Europa e consequentes efeitos económicos, que perpassam por Portugal e pelo mundo, com reflexos generalizados nas pessoas, nas sociedades e na globalidade das relações, originam que ao PA23 fique associado um elevado grau de incerteza na respetiva concretização. A perspetiva de uma "nova normalidade" exigirá resiliência e determinação, mas igualmente adaptabilidade, flexibilidade, dinamismo, imaginação e inovação, que permitam minimizar os constrangimentos e superar os desafios


Assume-se como maior desafio, do ponto de vista externo, a materialização, sem sobressaltos, das missões atribuídas e a satisfação dos compromissos militares assumidos com as organizações internacionais que o país integra, no intuito de manter a elevada proficiência e o modo português de bem cumprir, reconhecidos internacionalmente nos mais diversos e exigentes teatros de operações.

Internamente, a criteriosa aplicação e gestão dos recursos, humanos, materiais ou financeiros, constitui uma prioridade do Exército. Salientando-se, pelo seu impacto, o nível de recrutamento e de retenção dos militares, em concreto na categoria de Praças, bem como, a manutenção e o incremento das capacidades de apoio ao desenvolvimento e bem-estar, com ênfase no apoio militar de emergência.

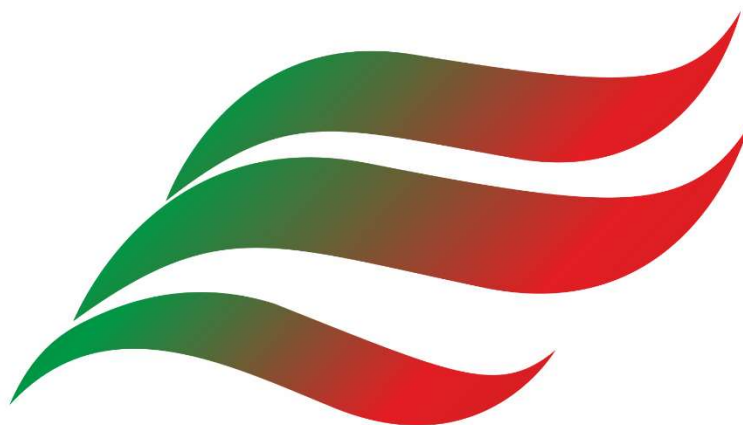
O Comandante do Exército manifesta apreço e estimula todos quantos nele servem, de modo a prosseguirem com confiança e determinação, a assim melhor contribuírem para a sua consolidação como instituição credível, moderna e atrativa, de elevada prontidão e competência, sempre ao serviço de Portugal.

Lisboa, 01 de junho de 2022

O Chefe do Estado-Maior do Exército



José Nunes da Fonseca
General



Lista de siglas e abreviaturas

AM	Academia Militar
BrigMec	Brigada Mecanizada
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CFT	Comando das Forças Terrestres
CmdEx	Comando do Exército
CmdLog	Comando da Logística
CmdPess	Comando do Pessoal
CM	Colégio Militar
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DCCR	Despesas Com Compensação em Receitas
DCI	Direção de Comunicações e Informações
DEE 22/23	Diretiva Estratégica do Exército 2022/23
DFin	Direção de Finanças
DF	Direção de Formação
DHCM	Direção de História e Cultura Militar
EA	Escola das Armas
EME	Estado-Maior do Exército
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
ESE	Escola de Sargentos do Exército
FND	Forças Nacionais Destacadas
GabCEME	Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército
IGE	Inspeção Geral do Exército
IPE	Instituto Pupilos do Exército
LIM	Lei de Infraestruturas Militares
LPM	Lei de Programação Militar
NBQ	Nuclear Biológico e Químico
NSPA	NATO Support and Procurement Agency
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OCAD	Órgãos Centrais de Administração e Direção
OE	Objetivo Estratégico
OMDN	Orçamento do Ministério da Defesa Nacional Exército
ONU	Organização das Nações Unidas
OO	Objetivo Operacional
PA	Plano de Atividades
PIDDAC	Programa de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central
PME	Plano de Missões ao Estrangeiro
QP	Quadro Permanente
RV/RC	Regime de Voluntariado/Regime de Contrato
SIG/DN	Sistema Integrado de Gestão/Defesa Nacional
UE	União Europeia
UEO	Unidades, Estabelecimentos e Órgãos
VCFN	Vida Corrente e Funcionamento Normal

ÍNDICE

I – NOTA INTRODUTÓRIA.....	1
1. Caracterização da envolvente externa e interna.....	3
2. Estrutura organizacional do Exército	7
3. Explicitação do processo de elaboração do Plano.....	11
II – OBJETIVOS E ESTRATÉGIA	15
1. Orientações gerais	16
2. Objetivos Estratégicos e Operacionais	17
III – OBJETIVOS PLANEADOS E RECURSOS ASSOCIADOS.....	19
1. Recursos humanos	20
2. Recursos materiais	23
3. Recursos financeiros	27
4. Publicidade institucional	31

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Organização do Exército	9
Figura 2 – Correspondência entre os OE e os OO.....	18
Figura 3 – Projeção de recursos humanos por situação	20
Figura 4 – Previsão de efetivos para 2023.....	21
Figura 5 – Evolução dos efetivos	22
Figura 6 – Recursos financeiros alocados à concretização da estratégia do Exército	27
Figura 7 – Rácios Defesa 2020.....	28
Figura 8 – Planeamento das despesas com pessoal.....	28
Figura 9 – Recursos financeiros alocados à concretização da estratégia, excluindo as despesas com pessoal.....	28
Figura 10 – Principais atividades planeadas pelo Exército em OMDN e DCCR ..	29
Figura 11 – Planeamento da LPM.....	29
Figura 12 – Planeamento da LIM	30
Figura 13 – Planeamento do Investimento do Plano.....	30
Figura 14 – Principais atividades planeadas em Não Financiado	30
Figura 15 – Publicidade institucional	31





I – NOTA INTRODUTÓRIA

I. Nota introdutória

O presente Plano de Atividades (PA), documento de referência no âmbito da gestão estratégica do Exército, foi elaborado de acordo com os princípios preconizados no Decreto-lei n.º 183/96, de 27 de setembro, bem como no Decreto-lei n.º 155/92, de 28 julho, direcionando o Exército para os objetivos a atingir no ano 2023, bem como os recursos necessários para concretizar as atividades, decorrentes das orientações do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME).

O PA encontra-se em consonância com a Diretiva Estratégica do Exército 2022-2023 (DEE 22/23), e com o processo de planeamento e formulação estratégica para o biénio 2022-2023, consubstanciando-se como uma ferramenta orientadora que permite coordenar os esforços das diversas Entidades de Planeamento¹ e conciliar as necessidades individuais de cada Unidade, Estabelecimento e Órgão (UEO) com as necessidades globais do Exército.

Este Plano foi transposto, na sua componente orçamental, para o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIG/DN), permitindo, deste modo, a obtenção de informação agregada e consolidada ao nível do planeamento orçamental e da afetação e gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, assim como a fundamentação da Proposta de Orçamento do Exército.

Enquanto documento escrito, o PA23 é constituído por três partes: Nota Introdutória, Objetivos e Estratégia e Objetivos Planeados e Recursos Associados.

¹ Entidades envolvidas no planeamento do Plano de Atividades, incluindo o Plano de Missões ao Estrangeiro (Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, Estado-Maior do Exército, Comando do Pessoal, Comando da Logística, Comando das Forças Terrestres, Direção de Finanças, Academia Militar, Inspeção-Geral do Exército, Direção de História e Cultura Militar, Direção de Educação e Direção de Comunicações e Sistemas de Informação).

1. Caracterização da envolvente externa e interna

a. Ambiente externo

(1) Enquadramento e caracterização

A globalização desregulada e a evolução tecnológica, têm aumentado a ambiguidade, a complexidade, a volatilidade e a incerteza do Ambiente Estratégico, submetendo as estruturas estatais a fenómenos endógenos e exógenos que afetam, em particular, as suas Forças Armadas, especialmente ao nível da gestão e da obtenção de recursos.

No ambiente securitário, o aumento gradual da disputa pela hegemonia da ordem internacional que tem marcado as primeiras duas décadas deste século, em paralelo com o aumento dos focos de instabilidade regional que concorrem para a falência dos Estados, com especial incidência no Norte de África, Sahel e África Subsariana, onde um cada vez maior número de organizações terroristas e de crime organizado proliferam e desenvolvem as suas atividades. Com maior gravidade e fonte de riscos diretos e indiretos para a segurança de Portugal, assistimos ao recrudescimento da ameaça convencional materializada pela agressão da Federação Russa à Ucrânia, com emprego do seu instrumento de poder militar na Europa, como já não se estimava após o final da 2ª Guerra Mundial. Esta intervenção agravou o antagonismo entre os blocos pós-Guerra Fria, com uma China cada vez mais preponderante no panorama geopolítico, aparentemente em apoio do bloco não-ocidental, tornando urgente a ultrapassagem das divergências e o aumento da cooperação entre as nações ocidentais, que possibilitem uma resposta multinacional coesa e uníssona na defesa dos valores democráticos, se necessário com o pronto emprego do instrumento militar (*hardpower*). Como tal, para evitar avanços que coloquem em causa a segurança regional da Europa com consequências globais, exige-se a prontidão e a capacidade de intervenção com forças militares alocadas a organizações internacionais (ou no âmbito unilateral), para defesa dos seus interesses nacionais e para mitigação dos riscos que afetem o Território Nacional e a Nação. Para este contributo são chamadas as Forças Armadas em geral, e o Exército, em particular, intervindo ao nível da estabilização, da assistência humanitária e da reconstrução dos Estados afetados, que deverão assegurar, adicionalmente e de forma autónoma, a extração de cidadãos ou de forças nacionais de outros países, com os quais Portugal mantém relações diplomáticas.

Importa ainda mencionar o impacto profundo decorrente do atual ambiente securitário, cujas consequências constituem desafios sistemáticos no plano económico dos Estados e da sustentabilidade das suas instituições, como as crises dos setores energético e financeiro, a escassez de recursos e a onipresença de ciberameaças, obrigando a um esforço permanente para o aumento da resiliência dos sistemas e dos modelos de gestão instituídos.

(2) Participação no âmbito das alianças internacionais e relações bilaterais

No âmbito das alianças internacionais de que Portugal faz parte, e em apoio à política externa do Estado, o Exército continuará a participar na prossecução dos interesses nacionais conjunturais, através da afirmação da presença nacional no mundo, da consolidação da sua inserção na rede de alianças, da defesa da afirmação e da credibilidade externa de Portugal e na valorização das comunidades portuguesas, contribuindo, assim, para a promoção da paz, do respeito pelo direito humanitário internacional e da segurança internacional.

Para este desígnio, o Exército deverá orientar esforços no sentido de assegurar a continuidade da participação em missões no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), União Europeia (UE) e Organização das Nações Unidas (ONU), bem como no relacionamento bilateral e multilateral com os outros membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental (Iniciativa 5+5 Defesa) e outros Países Amigos e Aliados, no quadro da Política de Defesa Nacional.

Neste sentido, a participação nacional na OTAN assume um papel fundamental para o Exército, não só como matriz doutrinária e de experiências, mas também como organização internacional de referência no âmbito das operações militares terrestres. O âmbito de atuação do Exército passa pela contribuição para o *Readiness Action Plan*, com forças em prontidão, de que são exemplo a *Tailored Forward Presence* e a *enhanced Vigilance Activity*, para os mecanismos de resposta rápida *enhanced NATO Response Force* e *NATO Readiness Initiative*.

No âmbito da UE procurar-se-á, sempre que possível, participar em operações e missões com Forças militares constituídas ou nos mecanismos de resposta rápida – *European Union Battlegroups* e *European Union Land Rapid Response*, ou ainda através da presença de efetivos militares nacionais em missões de treino, assessoria e aconselhamento, na área da Política Comum de Segurança e Defesa da UE – *European Union Training Mission* na Somália, no Mali, em Moçambique e na República Centro Africana.

No quadro da ONU, o intuito é manter o acompanhamento do novo processo de interação entre os Estados-Membros e esta Organização (destinado à edificação de capacidades e denominado por *Peacekeeping Capability Readiness System*), a participação nas operações militares, nomeadamente no âmbito da *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic*, e a participação na missão em curso na Colômbia.

No campo de ação da CPLP, importa continuar a aprofundar e estabelecer parcerias estratégicas bilaterais, através de unidades militares constituídas ou efetivos, em funções de Estado-Maior, de “treino e formação” e de “assessoria e aconselhamento”, que facilitem a eventual formação e preparação de uma Força de Tarefa Conjunta e Combinada, com capacidade de intervenção em missões de Apoio à Paz e Ajuda Humanitária.

No âmbito da “Iniciativa 5+5” Defesa, Portugal, que irá assumir a presidência em 2023, tem promovido a cooperação com os signatários do Magrebe e europeus, disponibilizando e participando em processos de formação, de treino, de troca de conhecimentos e de experiência, constituindo essas práticas mecanismos de incremento da confiança e de melhoria de relacionamentos, sendo tal estratégico para o fomento da segurança no seio dos Estados-Membros.

No quadro bilateral e multilateral, com outros Países Amigos e Aliados, designadamente no combate a riscos e às ameaças transnacionais, o Exército continuará a participar nas iniciativas conjuntas, no domínio da segurança e defesa.

b. Ambiente interno

Os recursos humanos constituíram um dos desafios do Exército, sendo que o recrutamento militar foi uma atividade fundamental para a sustentabilidade do Sistema de Forças, no intuito de adquirir capital humano e talentos, de qualidade e em suficiência. A projeção e viabilização de carreiras militares atrativas, realistas e motivadoras, constituiu também uma preocupação permanente do Exército, com a certeza de que só com militares motivados, conhecedores e proficientes técnico-taticamente, se consegue ter uma instituição militar credível, orientada para o futuro e capaz de, eficientemente, cumprir a sua missão.

Quanto ao emprego das Forças Armadas a nível interno, no respeito pelo preceituado na legislação em vigor e nas capacidades existentes, o Exército manteve-se disponível para colaborar no apoio às populações, realçando-se a ação tida em resposta à pandemia, bem como nos recorrentes incêndios florestais

que ano após ano devastam recursos nacionais, implicando um reforço da postura das Forças Armadas no âmbito do Apoio Militar de Emergência, e em que o Exército é o Ramo mais solicitado.

Perante a necessidade organizacional de manter a sociedade esclarecida sobre a atividade e o papel que cabem ao Exército, intento que é passível de ser fortemente alavancado pela relação permanente de confiança e partilha com os órgãos de comunicação social, acresce ainda, a necessidade de incorporar as alterações à legislação regulamentar, designadamente a perspetivada alteração à documentação estruturante da Defesa, com várias implicações no Exército.

Destacaram-se os desenvolvimentos efetuados para a consolidação da designada Reforma “Defesa 2020”, incluindo a necessidade de regenerar capacidades em fim de ciclo de vida ou cujo grau de obsolescência é já considerável, com influência na operacionalidade de Forças requeridas nacional ou internacionalmente, seja nas matérias diretamente relacionadas com capacidades duais e não duais, assim como na necessidade de reposição de capacidades exíguas ou inexistentes no Sistema de Forças, bem como com a consequente necessidade de manutenção da escola de conhecimento.

Por fim, o Exército deparou-se com condicionamentos financeiros decorrentes da inflação originada pelo conflito no leste europeu, que importa colmatar em detrimento de outras atividades inicialmente previstas em sede do Plano de Atividades. Neste plano, merecem reflexão as implicações de equipar, aprontar e projetar forças de elevada prontidão, não apenas para dar resposta aos compromissos internacionais assumidos por Portugal, mas também decorrentes da necessidade de reforçar a capacidade coletiva de dissuasão perante uma ameaça convencional recrudescida, cabendo ao Exército inúmeras missões e tarefas, onde a gestão de recursos financeiros é fundamental.

2. Estrutura organizacional do Exército

a. Enquadramento legislativo

Do atual edifício legislativo destaca-se, pela sua importância, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, elemento basilar do processo de planeamento estratégico militar, e do qual decorrem os demais documentos enquadrantes da atividade das Forças Armadas.

Globalmente, o quadro normativo que regula a atividade e o funcionamento do Exército assenta nos seguintes diplomas e documentos:

- Constituição da República Portuguesa;
- Lei Orgânica n.º 3/2021, de 09 de agosto - Lei de Defesa Nacional;
- Lei Orgânica n.º 2/2021, de 09 de agosto - Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril – Conceito Estratégico de Defesa Nacional;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril – Defesa 2020;
- Conceito Estratégico Militar 2014;
- Despacho n.º 11400/MDN/2014 - Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar;
- Missões Específicas das Forças Armadas 2014;
- Sistema de Forças 2014;
- Dispositivo de Forças 2014;
- Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica do Exército, alterado pelo Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro;
- Decreto-Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho – Organização e competências do Exército;
- Lei Orgânica n.º 2/2019, de 17 de junho – Lei de Programação Militar (LPM);
- Lei Orgânica n.º 3/2019, de 03 de setembro – Lei de Infraestruturas Militares (LIM);
- Diretiva Estratégica do Exército 2022/2023.

b. Missão do Exército

Conforme mencionado no Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro, o Exército tem por missão principal participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos do disposto na Constituição e na lei, sendo fundamentalmente vocacionado para a geração, preparação e sustentação de forças e meios da componente operacional do Sistema de Forças.

Incumbe ainda ao Exército, nos termos da Constituição e da lei:

- Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte;
- Participar nas missões no exterior do território nacional, num quadro autónomo ou multinacional, destinadas a garantir a salvaguarda da vida e dos interesses dos Portugueses;
- Executar as ações de cooperação técnico-militar nos projetos em que seja constituído como entidade primariamente responsável, e participar em ações conjuntas de cooperação técnico- -militar decorrentes de programas -quadro coordenados pela Direção-Geral de Política de Defesa Nacional;
- Participar na cooperação das Forças Armadas com as forças e serviços de segurança, nos termos previstos na LOBOFA;
- Colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, nos termos previstos na LOBOFA;
- Cumprir as missões que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, sendo que neste âmbito, o Exército executa atividades no domínio das ciências e técnicas geoespaciais e na verificação da demarcação de fronteiras terrestres nos termos dos acordos bilaterais em vigor.

O Exército também executa atividades no domínio da cultura, designadamente de preservação e divulgação do seu património.

c. Organização

O Exército encontra-se organizado numa estrutura vertical e hierarquizada, compreendendo um Órgão de Estado-Maior, um Órgão de Inspeção, Órgãos de Conselho, Órgãos Centrais de Administração e Direção, o Comando da Componente Terrestre, os Órgãos de Base e os Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças, relacionando-se, de forma resumida, como se apresenta na Figura 1.

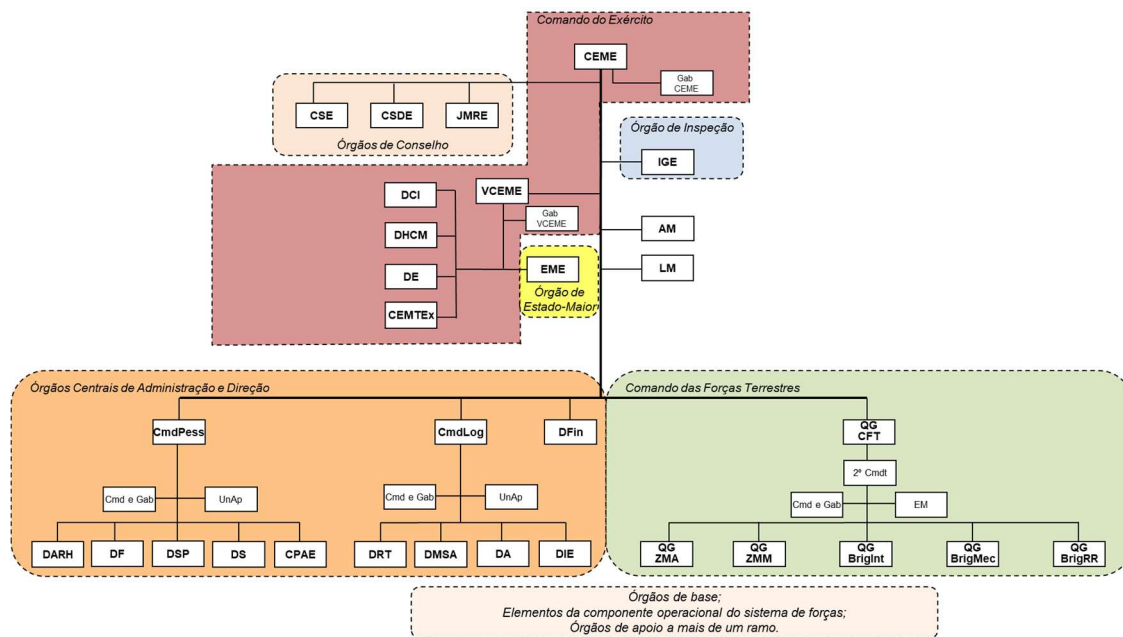


Figura 1 – Organização do Exército

d. Visão

A **visão** emanada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército na DEE 22/23 traduz-se numa expressão mobilizadora e alinhada com as aspirações do Exército, e expressa-se do seguinte modo:

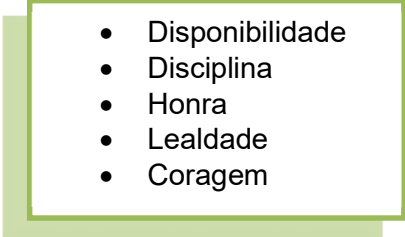
“Um Exército credível, moderno, atrativo, de elevada prontidão e competência.

Um Exército pronto para a defesa militar da república e contribuinte ativo para a segurança cooperativa, para a proteção e bem-estar das populações e para a salvaguarda do património nacional.”

e. Valores

O respeito pelas atribuições que decorrem da Missão do Exército, assenta num quadro de valores organizacionais que servem de referência interna e marca de identidade junto dos cidadãos, tão essenciais à coesão na ação, à credibilidade e à promoção da imagem de uma instituição que se funde com a Nação.

Do quadro de valores que guiam os militares do Exército, destacam-se:

- 
- Disponibilidade
 - Disciplina
 - Honra
 - Lealdade
 - Coragem

- **A Disponibilidade**, manifestada na permanente prontidão para servir, assente na especificidade da condição militar.
- **A Disciplina**, como meio para atingir a unidade de esforço na prossecução dos efeitos desejados.
- **A Honra**, decorrente da atitude honesta, firme e digna, assumida no cumprimento do dever.
- **A Lealdade**, como força anímica da disciplina, consubstanciada na prática da verdade e na fidelidade aos princípios éticos, elementos basilares da camaradagem e da coesão no Exército.
- **A Coragem**, na forma como se enfrentam os riscos e se superam as dificuldades.

3. Explicitação do processo de elaboração do Plano

A elaboração do PA23, pressupõe a definição prévia dos resultados a alcançar e das linhas gerais para a sua prossecução, bem como a explicitação clara da estratégia² a seguir na utilização dos meios/recursos que serão colocados à disposição do Exército para cumprir a missão que lhe foi confiada.

a. Conceitos principais

- (3) **Objetivo Estratégico (OE):** Conjunto de Objetivos Operacionais que se articulam entre si para concretizar o objetivo em que se inserem.

Definidos ao nível da Diretiva Estratégica.

- (4) **Objetivo Operacional (OO):** Conjunto de atividades que se articulam entre si para concretizar o objetivo em que se inserem e que correspondem à desagregação dos OE.

Definidos ao nível da Diretiva Estratégica.

- (5) **Atividade:** Conjunto de ações que correspondem à desagregação funcional de cada objetivo e que concorrem para a concretização da atividade da qual fazem parte integrante.

Definidas no âmbito da preparação da Diretiva Estratégica.

- (6) **Ação:** Conjunto de Elementos de Ação que correspondem à desagregação funcional de cada atividade e que concorrem para a concretização dessa mesma atividade.

Definidas pelas diversas UEO do Exército.

- (7) **Elementos de Ação:** Constituem as tarefas concretas a realizar pelas UEO, que decorrem das Ações por elas definidas e concorrem para a concretização das Atividades fixadas pelas Entidades de Planeamento, que por sua vez contribuem para atingir os objetivos fixados pelo CEME.

Definidos pelas diversas UEO do Exército.

² Estratégia é aqui entendida como o comportamento a adotar e o caminho a seguir pela organização para a prossecução dos objetivos definidos.

b. Alinhamento com a estratégia

O PA é um instrumento de elevada importância no âmbito da gestão estratégica, dado que consubstancia, no curto prazo, os objetivos que o Exército se propõe atingir no médio e longo prazo, prevendo os recursos necessários à sua concretização, permitindo estabelecer prioridades e hierarquizar as necessidades, de forma a servir de base à Proposta de Orçamento a apresentar na fase da preparação do Orçamento do Estado.

Assim importa assegurar o alinhamento do PA23 com a Diretiva Estratégica e com os instrumentos de medição da sua concretização e ainda a adequação ao Quadro de Avaliação e Responsabilização, criando um sistema uno de planeamento e medição, permitindo a atuação tempestiva sobre os possíveis desvios, mantendo a trajetória definida para o Exército.

c. Processo de planeamento

- (1) O planeamento do PA23 teve início com os estudos para a proposta de *plafond* a atribuir, ao que se seguiu a aprovação e difusão da Diretiva n.º 105/CEME/22, que estabelece as regras e orientações que operacionalizam o mesmo.
- (2) Em linha com os OO aprovados, as Entidades de Planeamento coordenam o planeamento das Ações e Elementos de Ação por parte das UEO na sua dependência, preenchendo as correspondentes chaves orçamentais.
- (3) Uma vez finalizada a inscrição das chaves orçamentais, foi concluída a elaboração do PA no SIG/DN, permitindo, em seguida, com base nos mesmos dados orçamentais, dar início ao processo de planeamento orçamental no “Módulo de Planeamento Orçamental” pela Direção de Finanças.
- (4) De modo a facilitar um eventual reajustamento orçamental, decorrente da assunção/reformulação de missões, cativações ou cortes orçamentais, todas as Atividades, Ações e Elementos de Ação foram priorizadas por grau de importância.
- (5) A componente orçamental do PA será utilizada, posteriormente, para fundamentar a Proposta de Orçamento do Exército, na fase de preparação do Orçamento do Estado.
- (6) Uma vez aprovada a Lei do Orçamento do Estado, e se considerado materialmente relevante, proceder-se-á à correção do PA, de acordo com o Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, dando origem ao PA Corrigido.

d. Despesas planeadas

O planeamento foi efetuado em conformidade com o classificador económico das despesas públicas, tendo sido consideradas as seguintes Fontes de Financiamento:

- (1) Orçamento do Ministério da Defesa Nacional Exército (OMDN) – Verbas para despesas de funcionamento estrito, cujo planeamento cabe às UEO, ou seja, Despesas com o Pessoal, Despesas para Aquisição de Bens e Serviços, Transferências Correntes e Despesas de Investimento;
- (2) Lei de Programação Militar (LPM) e Lei de Infraestruturas Militares (LIM) – Verbas cujo planeamento cabe ao Estado-Maior do Exército (EME);
- (3) Projetos, antigo Programa de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) – Verbas cujo planeamento cabe ao EME;
- (4) Despesas Com Compensação em Receitas (DCCR) – Verbas que as UEO do Exército estimam vir a arrecadar e, com base nas mesmas, realizar despesas;
- (5) Fundos nacionais e europeus, no âmbito de programas financiados e co-financiados.

e. Instrumentos de Gestão

O acompanhamento do desempenho organizacional do Exército é exercido através da monitorização de um conjunto de indicadores e metas associados à DEE 22/23 que permite a medição da sua concretização.

Paralelamente, de forma a manter a coerência nos resultados dos instrumentos de avaliação do desempenho, os *dashboards* produzidos a partir dos dados sintetizados dos entregáveis que são monitorizados são, de igual modo, utilizados para a elaboração do Quadro de Avaliação e Responsabilização do Exército, permitindo, assim, um permanente escrutínio dos indicadores adotados, de forma a corrigir desvios e reprogramar opções, através da atuação atempada nas suas causas.

O Relatório de Atividades, documento que conclui o ciclo de gestão, será também elaborado com base nestes instrumentos de avaliação, traduzindo as atividades efetivamente realizadas e os encargos associados, bem como os motivos que levaram a eventuais desvios ao planeado.





II – OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

1. Orientações gerais

A missão é o objetivo fundamental na gestão estratégica do Exército, para o qual concorrem os objetivos de nível estratégico e operacional, cuja prossecução constitui o centro da ação de comando, o “farol” para a orientação do esforço e a matriz para a afetação de recursos no âmbito da elaboração do PA23.

Em termos institucionais, o Exército está vocacionado fundamentalmente para a geração, preparação e sustentação de forças terrestres, sendo que, atendendo a todas as suas atribuições e responsabilidades, também se afirma como uma instituição de referência nacional e internacional, tendo por finalidade servir Portugal e os portugueses.

Concomitantemente, a conjuntura socioeconómica tem vindo a impor algumas restrições financeiras com impacto incontornável nas atividades e no efetivo do Exército. As limitações nos orçamentos da Defesa exigem rigor na seleção das prioridades, na aplicação dos recursos e, simultaneamente, que sejam implementadas soluções de gestão para a otimização das dinâmicas internas e sinergias com as entidades externas.

Em face a este enquadramento, o PA23 foi elaborado tendo em conta os seguintes condicionamentos:

- (1) Recursos humanos disponíveis, em que se considera essencial a obtenção dos quantitativos de militares do Quadro Permanente (QP), em Regime de Voluntariado/Regime de Contrato (RV/RC) e em Regime de Contrato Especial definidos para o Exército;
- (2) Desenvolvimento dos principais projetos de reequipamento do Exército, em que se impõe uma clara identificação de prioridades e a assunção de riscos político-militares na aplicação desses recursos, bem como uma criteriosa racionalização na utilização das verbas anualmente inscritas nesses programas financeiros;
- (3) Recursos financeiros disponíveis, cujos valores disponibilizados para os principais instrumentos de programação do reequipamento do Exército (LPM, LIM e Projetos) se têm revelado insuficientes para colmatar todas as necessidades de modernização/substituição dos equipamentos e para introduzir novas capacidades. Paralelamente o orçamento de funcionamento estrito atribuído ao Exército, sistematicamente inferior ao montante inscrito no PA, tem condicionado a capacidade de sustentação do Sistema de Forças Nacional do Exército e do Treino Operacional;

- (4) Natureza, requisitos e estrutura das Forças necessárias para dar resposta aos compromissos internacionais, em particular no âmbito da ONU, da OTAN e da UE, que na perspetiva do reforço das linhas de ação comuns, pretendem Forças interoperáveis, com capacidade de resposta rápida e aptas a cumprir todo o espectro de missões.

2. Objetivos Estratégicos e Operacionais

a. Objetivos Estratégicos

O alinhamento estratégico é efetivado numa perspetiva *Top-Down*, no sentido de o Comando do Exército partilhar a sua estratégia com toda a estrutura organizacional, mediante a difusão dos documentos estruturantes e enquadrantes da missão e das atividades, e numa perspetiva *Bottom-Up*, de modo a que a mesma estrutura organizacional, tendo assimilado a estratégia da organização, possa contribuir para o desenvolvimento do planeamento e execução das tarefas do Exército.

Nesta conformidade, em linha com a DEE 22/23 e com o processo de planeamento e formulação estratégica, os OE são os seguintes:

- (1) Otimizar as capacidades militares terrestres

Este objetivo estratégico tem como efeito desejado assegurar Forças do Exército organizadas, treinadas, equipadas e certificadas conforme os padrões OTAN, potenciando a sua coerência, interoperabilidade e uso dual.

- (2) Otimizar a obtenção e gestão de recursos

Este objetivo estratégico tem como efeito desejado dotar o Exército dos recursos humanos, materiais, financeiros e infraestruturas adequadas para o cumprimento da missão, disponíveis quando necessários e geridos eficientemente.

- (3) Fortalecer a cooperação nacional e internacional

Este objetivo estratégico tem como efeito desejado consolidar e revigorar o emprego operacional das forças e meios do Exército, no plano nacional e internacional, maximizando os resultados alcançados de forma eficiente.

- (4) Potenciar a formação, o ensino e o desenvolvimento de lideranças

Este objetivo estratégico tem como efeito desejado alcançar uma formação e ensino militar de qualidade e certificado, bem como otimizar o aprofundamento de uma cultura de liderança, aos vários níveis.

(5) Estimular a inovação e a modernização dos sistemas e tecnologias

Este objetivo estratégico tem como efeito desejado reforçar a competitividade e a criação de valor, através da exploração de novas ideias, bem como assegurar a regeneração tecnológica dos sistemas e a edificação de projetos militares.

(6) Fortalecer a imagem interna e externa do Exército

Este objetivo estratégico tem como efeito desejado maximizar a competência e a credibilidade do Exército, preservar e divulgar o património histórico e cultural, e garantir a segurança e gestão da qualidade institucionais.

b. Objetivos Operacionais

Tendo por base os OE referidos, foram formulados os OO apresentados na Figura 2, que se traduzem em Atividades a desenvolver pelo Exército.

Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais
OE 1 - Otimizar as capacidades militares terrestres	OO 1.1 - Maximizar as Forças e Elementos treinados e certificados.
	OO 1.2 - Maximizar tecnologias de modelação e simulação, no aprontamento de Forças e Contingentes para operações terrestres.
	OO 1.3 - Explorar a utilização Operacional da Informação e a superioridade de decisão.
	OO 1.4 - Garantir a segurança militar e salvaguardar a proteção de dados pessoais.
OE 2 - Otimizar a obtenção e gestão de recursos	OO 2.1 - Modernizar o Sistema de Reabastecimento, de Transportes e de Manutenção.
	OO 2.2 - Modernizar e requalificar Infraestruturas.
	OO 2.3 - Potenciar a obtenção e gestão de recursos humanos.
	OO 2.4 - Reorganizar o Sistema Financeiro do Exército.
OE 3 - Fortalecer a cooperação nacional e internacional	OO 3.1 - Consolidar as capacidades militares terrestres para intervenção em Emergências Cívicas, Humanitárias e Pós-Catástrofes.
	OO 3.2 - Consolidar a participação em exercícios e operações conjuntos e combinados.
	OO 3.3 - Expandir a rede de parceiros do Exército.
OE 4 - Potenciar a formação, o ensino e o desenvolvimento de lideranças	OO 4.1 - Consolidar a Formação e Treino em Comando e Liderança.
	OO 4.2 - Dinamizar o Ensino à Distância.
	OO 4.3 - Estimular a doutrina e a partilha de conhecimento.
	OO 4.4 - Promover a Igualdade do Género e a Inclusão.
OE 5 - Estimular a inovação e a modernização dos sistemas e tecnologias	OO 5.1 - Potenciar o desenvolvimento de projetos e trabalhos de I&D.
	OO 5.2 - Otimizar a eficiência energética e hídrica do parque edificado do Exército.
	OO 5.3 - Aperfeiçoar processos e sistemas de informação.
	OO 5.4 - Explorar as tendências e evoluções genéticas, organizacionais e operacionais no âmbito Nacional e Internacional.
OE 6 - Fortalecer a imagem interna e externa do Exército	OO 6.1 - Reforçar a imagem Institucional do Exército.
	OO 6.2 - Reforçar a transparência.
	OO 6.3 - Valorizar e preservar o património histórico e cultural do Exército.
	OO 6.4 - Garantir a segurança, o controlo e a qualidade.

Figura 2 – Correspondência entre os OE e os OO



III – OBJETIVOS PLANEADOS E RECURSOS ASSOCIADOS

1. Recursos humanos

O planeamento dos recursos humanos foi conduzido em observância com os documentos estruturantes da Defesa Nacional, as determinações do Chefe do Estado-Maior do Exército, e o preconizado pelo Decreto-Lei n.º 6/2022, de 07 janeiro.

Nesta conformidade, foi considerada para planeamento orçamental do Exército a estimativa de pessoal prevista a 31 de dezembro de 2023 onde constam os projetos de planos de promoções e de incorporações. Assim, estima-se que, para 2023, constitua encargo deste Ramo, o efetivo de 15.421 militares na efetividade de serviço e civis.

a. Projeção de efetivos por situação

A distribuição percentual dos citados 15.421 efetivos, por situação, é a que se apresenta seguidamente.

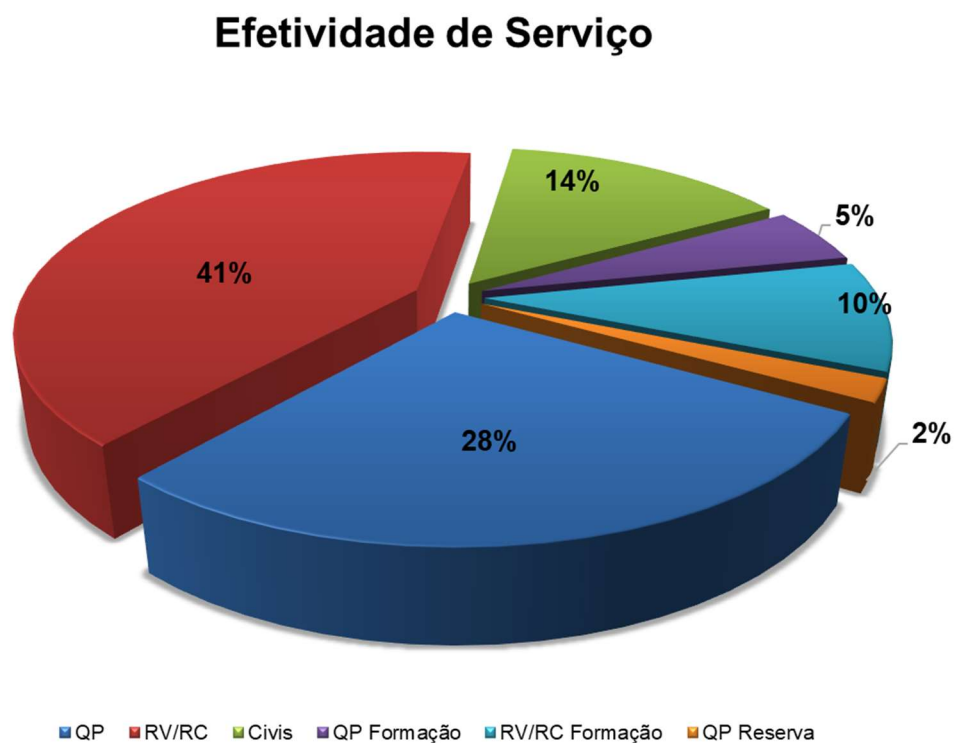


Figura 3 – Projeção de recursos humanos por situação

Em termos quantitativos, considerando a situação quanto à forma de prestação de serviço, categoria e estrutura orgânica, a projeção de efetivos para 2023 resume-se na Figura 4.

EFETIVOS 2023			
NO RAMO	Oficiais	QP	1 672
		RV/RC	405
	Sargentos	QP	2 626
		RV/RC	698
	Praças		5 258
	Civis		2 216
Total			12 875
NAS FORÇAS ARMADAS	Oficiais	QP	1
		RV/RC	0
	Sargentos	QP	5
		RV/RC	1
	Praças		10
	Total		
FORA das FORÇAS ARMADAS (Ativo)	Oficiais	QP	15
		RV/RC	0
	Sargentos	QP	18
		RV/RC	0
	Praças		0
	Total		
FORMAÇÃO	AM		544
	ESE (1ª e 2ª Partes)		233
	UEFISM		0
	Instrução para RV/RC	Oficiais	120
		Sargentos	180
		Praças	1 197
Total			2 274
RESERVA (Efetividade)	Ramo	Oficiais	79
		Sargentos	40
	EMGFA	Oficiais	1
		Sargentos	0
	Fora das FORÇAS ARMADAS	Oficiais	53
		Sargentos	49
Total			222
Total Geral			15 421

Figura 4 – Previsão de efetivos para 2023

Da leitura da tabela anterior resultam os parciais de 12.983 militares no ativo, 222 militares na reserva na efetividade e 2.216 civis.

b. Outros efetivos a encargo do Ramo

Para além da projeção de efetivos anteriormente explanada, constituem ainda encargo do Exército as despesas com pessoal referentes aos militares na reserva fora da efetividade de serviço (821 militares) e aos militares que aguardam a Pensão de Reforma Definitiva por parte da Caixa Geral de Aposentações (63 militares).

c. Variação de efetivos

A figura 5 apresenta a evolução do número de colaboradores do Exército desde 2006, que inclui todo o Pessoal do MPCE, QP e RV/RC na efetividade de serviço (ativo, reserva, formação para QP e instrução para RV/RC) com exceção da forma de serviço de aluno AM, que prestam serviço no Ramo, Fora do Ramo e Fora da Estrutura das Forças Armadas, podendo constatar-se a redução progressiva de pessoal na efetividade de serviço que foi operada nos últimos anos. Salienta-se que os quantitativos de 2023 são uma projeção efetuada aquando da elaboração deste PA.

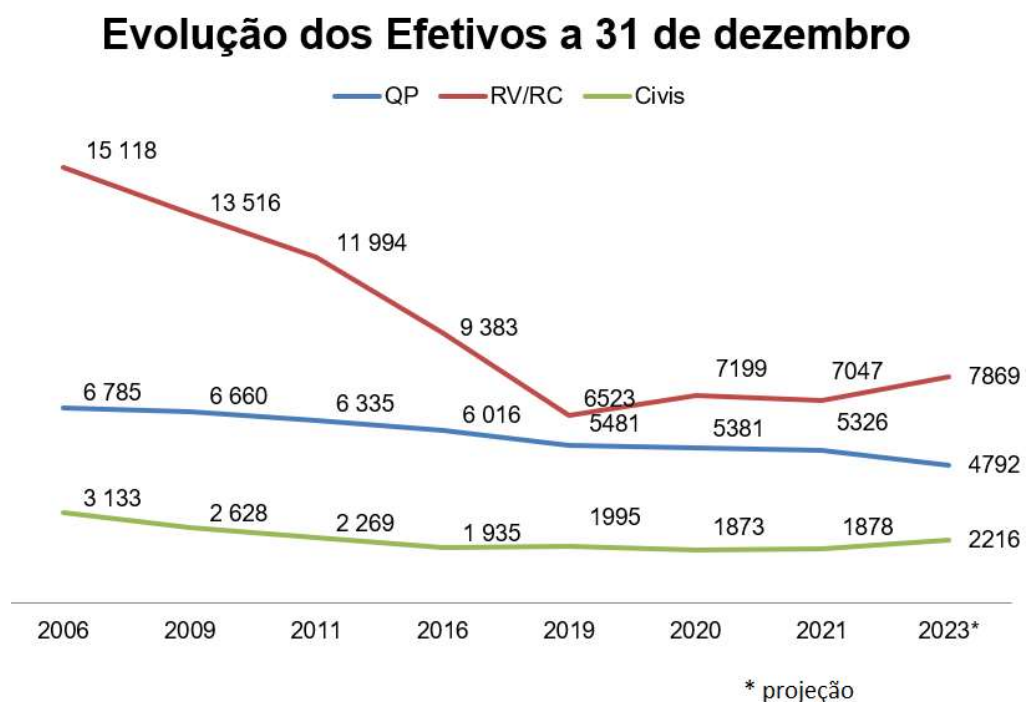


Figura 5 – Evolução dos efetivos

2. Recursos materiais

O leque de recursos materiais afetos ao Exército é muito vasto, pelo que se privilegia a apresentação dos principais sistemas de armas afetos à componente operacional, assim como os novos equipamentos que se encontram a entrar ao serviço:



CC Leopard A6



VC Engenharia M728



Obus AP M109 A5



VBR PANDUR II IFV



VBR PANDUR II AMB



VBR PANDUR II ICV



Pronto Socorro M88 A1



HMMV 4X4



Panhard M11 4X4



URO VAMTAC ST5



UAV RAVEN

Armamento Ligeiro
SCAR-L



Armamento Ligeiro
SCAR-H



FN Minimi 7.62/5.56 Mk3



SCS

Quanto aos materiais e equipamentos de duplo uso³ no Exército, destacam-se os seguintes:

- *Shelter* do Bloco Operatório, que pode ser empregue em situações de calamidade em apoio à população.



- Família de Viaturas Táticas (FVT), - meios de Apoio Militar de Emergência



- Sistema de Comunicações do SCS - *C4I / Battlefield Management System*



³ Entende-se por duplo uso as capacidades e competências para desempenhar ações militares e não militares do Estado, tendo a RCM n.º 26/2013, de 11 de abril, definido para o Exército, a este nível, o apoio militar de emergência.

- *First Defender RMX*, que visa identificar agentes químicos industriais de guerra e explosivos, e o SAM 940, que é um identificador de Isótopos radiativos, com capacidade de deteção de radiações Alfa, Beta, Gama e Neutrões.



- Material do Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica, que é utilizado no âmbito da microbiologia alimentar e investigação de surtos de tox infeção alimentar no Exército, e que tem capacidade para identificar agentes Biológicos.



- Pontes militares



TREADWAY



BAILEY



MABEY

- Equipamentos de terraplanagens, abertura de aceiros, corta-fogos e beneficiação de itinerários, utilizados nas frentes de trabalho, no Apoio Militar de Emergência e protocolos no âmbito do plano “FAUNOS”.



- Equipamentos de serviços de campanha, tais como padarias, lavandarias, banhos, tendas insufláveis empregues como alojamentos, entre outras, utilizado no apoio às populações e eventos desportivos.



Releva-se que o Exército, enquanto entidade gestora de um vasto património cuja dispersão geográfica constitui um fator que dificulta as medidas de preservação e de manutenção dos materiais e equipamentos, procura potenciar a adoção de unidades de apoio centralizadas, de modo a permitir dar cumprimento às diretrizes da Tutela quanto à contenção de despesa, orientando a gestão dos recursos materiais para a racionalização de meios e para a eficiência na afetação de recursos públicos, assente no modelo de partilha de atividades comuns e, por outro lado, numa plataforma de funcionamento em rede, que abrange especialmente as atividades de natureza administrativa e logística.

3. Recursos financeiros

O planeamento dos recursos financeiros foi efetuado tendo em consideração os normativos legais aplicáveis, os documentos estruturantes da Defesa Nacional, as normas emanadas pelo Ministério das Finanças e as determinações do Chefe do Estado-Maior do Exército.

Em linha com a estratégia do Exército, foi estabelecido um valor de referência que foi calculado com base na execução financeira do ano 2021, na proposta de orçamento do Exército de 2022, e nas previsões económicas e alterações previstas para 2023.

Em acréscimo, foram apresentadas necessidades financeiras identificadas pelas diversas Entidades de Planeamento como necessárias ao cumprimento da estratégia, mas que por ausência de *plafond* de planeamento, foram consideradas com a designação de “Não Financiado”.

Deste modo, o planeamento efetuado pelo Exército ascendeu aos 790.357.140€, encontrando-se distribuído pelos seguintes OE, salientando-se o elevado planeamento do OE 2, onde se inserem as despesas com pessoal, e as atividades logísticas e de vida corrente das UEO:

Objetivos Estratégicos	Financiado	Não Financiado	Total
OE 1 - Otimizar as capacidades militares terrestres	1 573 388 €	1 224 306 €	2 797 694 €
OE 2 - Otimizar a obtenção e gestão de recursos	514 923 287 €	182 511 416 €	697 434 703 €
OE 3 - Fortalecer a cooperação nacional e internacional	1 410 442 €	1 456 406 €	2 866 848 €
OE 4 - Potenciar a formação, o ensino e o desenvolvimento de lideranças	1 415 362 €	283 100 €	1 698 462 €
OE 5 - Estimular a inovação e a modernização dos sistemas e tecnologias	83 621 109 €	1 105 333 €	84 726 442 €
OE 6 - Fortalecer a imagem interna e externa do Exército	413 395 €	419 596 €	832 991 €
Total Geral do Exército	603 356 983 €	187 000 157 €	790 357 140 €

Figura 6 – Recursos financeiros alocados à concretização da estratégia do Exército

a. Planeamento em “Financiado”

Numa análise por agregados de despesa dos valores planeados em “Financiado”, verificamos que unicamente o Investimento se enquadra nos rácios definidos no documento enquadrador do processo de reestruturação da Defesa Nacional e das Forças Armadas, designado por Reforma “Defesa 2020”, que preconizava uma execução de 60% para despesas com pessoal, 25% para operação e manutenção e 15% para investimento:

Fonte de Financiamento	Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	Total
OMDN	421 979 855 €	69 305 387 €	7 637 243 €	498 922 485 €
DCCR's	241 267 €	13 227 092 €	220 773 €	13 689 132 €
LPM			59 888 000 €	59 888 000 €
LPM-IVA			9 945 000 €	9 945 000 €
LIM			9 431 694 €	9 431 694 €
Projetos			10 926 174 €	10 926 174 €
Fundos	14 000 €	530 418 €	10 080 €	554 498 €
TOTAL	422 235 122 €	83 062 897 €	98 058 964 €	603 356 983 €
%	71%	12%	17%	100%

Figura 7 – Rácios Defesa 2020

Relativamente às Despesas com pessoal, a parcela respeitante aos vencimentos e abonos é o valor mais significativo, salientando-se também, as transferências correntes que correspondem maioritariamente a um subsídio concedido às antigas trabalhadoras das Oficinas de Fardamento e Equipamento do Exército, e os fundos que correspondem a projetos de investigação desenvolvidos pela Academia Militar:

Composição das Despesas com Pessoal	OMDN	DCCR's	LPM	Fundos
Vencimentos e abonos	420 085 000 €	210 534 €		14 000 €
Remunerações Certas e Permanentes	283 012 066 €			
Abonos Variáveis e Eventuais	13 661 264 €	184 934 €		14 000 €
Segurança Social	123 411 670 €	25 600 €		
Transferências Correntes	1 442 500 €	3 500 €		
PME - Ajudas de Custo	452 355 €	27 233 €	26 841 €	
Total	421 979 855 €	241 267 €	26 841 €	14 000 €

Figura 8 – Planeamento das despesas com pessoal

Excluindo as despesas com pessoal, e respeitando o classificador económico das despesas públicas, os recursos financeiros planeados em operação e manutenção e investimento para a concretização da estratégia do Exército, ascenderam aos 181.095.020€, com a seguinte distribuição:

Fonte de Financiamento	Aquisição de Bens e Serviços	Subsidios	Outras Despesas Correntes	Aquisição Bens de Capital	Total
OMDN	68 950 169 €		355 218 €	7 637 243 €	76 942 630 €
DCCR	12 222 527 €	30 000 €	974 565 €	220 773 €	13 447 865 €
LPM	7 436 495 €		200 000 €	52 233 837 €	59 870 332 €
LPM-IVA	884 405 €		8 009 975 €	1 041 447 €	9 935 827 €
LIM				9 431 694 €	9 431 694 €
Projetos				10 926 174 €	10 926 174 €
Fundos	530 418 €			10 080 €	540 498 €
Total	90 024 014 €	30 000 €	9 539 758 €	81 501 248 €	181 095 020 €

Figura 9 – Recursos financeiros alocados à concretização da estratégia, excluindo as despesas com pessoal

O valor mais elevado é respeitante à aquisição de bens de capital em virtude do elevado impacto que a LPM, LIM e Projetos tem nestas rubricas económicas. Salienta-se nesta tabela o valor referente às outras despesas correntes que abrangem maioritariamente os impostos e taxas, como seja, o IVA inerente às transações intracomunitárias com a *NATO Support and Procurement Agency* (NSPA).

As principais atividades associadas ao planeamento efetuado em OMDN e DCCR são maioritariamente do âmbito logístico, apresentando-se também na seguinte tabela o detalhe do Plano de Reabastecimento, onde se pode verificar o elevado impacto da alimentação nas dotações afetas ao Exército:

Atividades	OMDN	DCCR	Total
Plano de Reabastecimento	27 152 086 €	522 481 €	27 674 567 €
Garantir o Reabastecimento de Alimentação	19 263 698 €	497 481 €	19 761 179 €
Garantir os Combustíveis e Lubrificantes	4 948 907 €		4 948 907 €
Garantir o reabastecimento de Fardamento	2 387 173 €		2 387 173 €
Garantir a Alimentação Animal	467 641 €		467 641 €
Prestações de Serviços	84 667 €	25 000 €	109 667 €
Plano Anual Obras	5 500 000 €		5 500 000 €
Contratos - pagamentos centralizados na Direção Aquisições	3 954 315 €	783 171 €	4 737 486 €
Plano de Manutenção - Aquisição Equipamentos e Serviços CSI	1 853 000 €		1 853 000 €
Plano de Movimento e Transportes	1 205 333 €	27 519 €	1 232 852 €
Plano Missões ao Estrangeiro 2023 - Deslocações e Estadas	1 126 645 €	50 215 €	1 176 860 €
Plano de Manutenção	649 581 €	20 000 €	669 581 €
Plano Integrado de Treino Operacional	770 500 €		770 500 €

Figura 10 – Principais atividades planeadas pelo Exército em OMDN e DCCR

No âmbito da LPM, o planeamento efetuado incidiu nas seguintes capacidades, em que a proteção e sobrevivência da força e o comando e controlo terrestre apresentam os valores mais elevados:

Capacidades	Total	%
Apoio Militar de Emergência	1 323 000 €	2%
Comando e Controlo Terrestre	17 439 602 €	25%
Defesa Imediata Arquipélagos	2 500 000 €	4%
Forças Médias	11 117 975 €	16%
Informações, Vigilância, Aquisições de Objetivos, e Reconhecimento Terrestre	7 102 000 €	10%
LPM PME 2023	119 320 €	0%
Proteção e Sobrevivência da Força	18 366 382 €	26%
Reservas de Guerra	5 142 000 €	7%
Sustentação Logística	6 626 421 €	9%
Transporte Terrestre	96 300 €	0%
Total	69 833 000 €	100%

Figura 11 – Planeamento da LPM

Na LIM, que depende das receitas efetuadas através de alienação de património, releva-se o planeamento de verbas relacionadas com as medidas de segurança militar das UEO e com a eficiência energética e sustentabilidade ambiental:

Projetos	Total
Apoio ao Dispositivo	2 720 000 €
Habitabilidade UEO	2 975 000 €
Segurança Militar	2 471 694 €
Sustentabilidade Ambiental	1 265 000 €
Total	9 431 694 €

Figura 12 – Planeamento da LIM

No planeamento efetuado em Projetos, releva-se o planeamento efetuado na Companhia e no Laboratório Nuclear Biológico e Químico (NBQ), conforme se demonstra na tabela seguinte:

Projetos	Total
P1787 Companhia Engenharia de Apoio Geral	1 448 754 €
P1788 Agrupamento Sanitário	2 151 403 €
P4850 Companhia e Laboratório de Defesa NBQ	6 068 199 €
P4870 SERVIR	613 €
P4874 CARTMIL	548 090 €
P9143 Companhia de Pontes	709 115 €
Total	10 926 174 €

Figura 13 – Planeamento do Investimento do Plano

b. Planeamento em “Não Financiado”

O Planeamento efetuado em “Não Financiado” totalizou 186.922.157€, sendo que a atividade mais expressiva se refere aos planos logísticos do Exército:

Atividades	OMDN	DCCR	Total
Executar os Planos Logísticos do Exército	144 083 109 €		144 083 109 €
Reposição de Munições	112 906 857 €		112 906 857 €
Assegurar o Reabastecimento de Sobressalentes	10 300 565 €		10 300 565 €
Manutenção nível II e III	6 893 378 €		6 893 378 €
Garantir o Reabastecimento de Alimentação	2 889 555 €		2 889 555 €
Garantir o Reabastecimento de Combustível e Lubrificantes	2 838 849 €		2 838 849 €
Garantir o Reabastecimento de Fardamento	2 744 069 €		2 744 069 €
Outros	5 509 836 €		5 509 836 €
Executar o Plano de Infraestruturas do Exército	23 931 648 €		23 931 648 €
Garantir a Administração e Execução de Serviços de Base	11 358 636 €	1 032 921 €	12 391 557 €
Assegurar a rentabilização de infraestruturas	1 123 278 €		1 123 278 €
Assegurar a Participação em Grupos, Atividades e Formações Internacionais	882 886 €	97 889 €	980 775 €
Assegurar a Modernização dos Sistemas de Informação	929 133 €		929 133 €
Assegurar Exercícios de Treino	922 051 €		922 051 €
Garantir o Apoio Social e Saúde Militar	459 650 €		459 650 €
Garantir a Obtenção de Recursos Humanos	426 674 €		426 674 €
Outras	1 561 322 €	112 960 €	1 674 282 €
Total	185 678 387 €	1 243 770 €	186 922 157 €

Figura 14 – Principais atividades planeadas em Não Financiado

Dos valores acima referidos, destaca-se também o planeamento efetuado em atividades de manutenção de edifícios e viaturas, o que demonstra as dificuldades de financiamento do Exército para a manutenção dos seus bens de capital.

Salienta-se também o planeamento efetuado na atividade de garantir a administração e execução dos serviços base, onde se inserem os encargos de instalações e combustíveis, valor este não pode ser dissociado, em parte, da inflação que se verifica nos recursos energéticos.

4. Publicidade Institucional

A Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, define as regras e os deveres de transparência quanto à realização de campanhas de publicidade institucional do Estado (n.º 2 do art.º 7.º). Neste âmbito, o Exército prevê efetuar as campanhas indicadas na Figura 15.

Entidade	Objetivo da Campanha
Academia Militar	Divulgação do concurso de candidatura à Academia Militar e afixação de <i>outdoors</i> .
Comando do Pessoal	Implementar campanhas publicitárias de comunicação externa, no âmbito do recrutamento, para divulgação do Serviço Militar em Regime de Voluntariado e Regime de Contrato (RV/RC) em Televisão, Cinemas, <i>outdoors</i> e revistas on-line. Reforçar a mensagem transmitida pelo Recrutamento do Exército nas Redes Sociais através da criação de diversas campanhas no <i>Facebook</i> .

Figura 15 – Publicidade institucional



GABINETE DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo

Rua do Museu de Artilharia

1149-065 Lisboa

PORTUGAL

Email: info@mailexercito.pt | Telefone Civil: 218 842 330 | Telefone Militar: 423 030

exercito.pt

